



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO**



TRT - RO - 00534.2007.041.23.00-0

ORIGEM : VARA DO TRABALHO DE COLÍDER - MT
RELATOR : DESEMBARGADOR TARCÍSIO VALENTE
REVISOR : DESEMBARGADOR EDSON BUENO
RECORRENTE : Leonísio Lemos Melo Júnior e outro(s).
Advogado : Eduarti Matos Fraga.
RECORRIDO : Ministério Público do Trabalho.

EMENTA

AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. LEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM. DEFESA DE DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS. TRABALHO EM CONDIÇÕES DEGRADANTES. PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS COLETIVOS E INDIVIDUAIS. Especificamente quanto aos direitos individuais homogêneos, o parágrafo único, inciso III, do art. 81 do CDC, diz que a defesa coletiva será exercida quando a demanda envolver “interesses ou direitos individuais homogêneos, assim entendidos os decorrentes de origem comum”. O fato dos direitos sociais garantidos constitucionalmente aos trabalhadores derivar de origem comum, o que lhes confere uniformidade, permite ou recomenda seu enquadramento como individual homogêneo. No caso em apreço, a controvérsia está centrada na discussão sobre a ocorrência de ofensas aos direitos individuais homogêneos indisponíveis, conferidos a trabalhadores que laboravam em propriedade rural, submetidos a condições degradantes, pelo que temos que o Ministério Público do Trabalho possui legitimidade para defendê-los, com expressa previsão proporcionada pelo art. 82 da Lei 8.078/90 c/c o art. 129, IX, da CR/88, que lhe asseguram a possibilidade de propor, em nome próprio, ação civil pública para postular, dentre outros direitos, a indenização por danos morais coletivos e individuais.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO



TRT - RO - 00534.2007.041.23.00-0

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas.

RELATÓRIO

A Vara do Trabalho de Colider/MT, por intermédio da r. decisão de f. 387/412, da lavra do Exmo. Juiz **Ivan José Tessaro**, cujo relatório adoto, rejeitou as preliminares suscitadas pelos Réus e, no mérito, acolheu parcialmente os pedidos constantes da ação civil pública, com o objetivo de condenar os Reclamados a cumprir as obrigações de fazer e de não fazer constantes das alíneas "a" usque "p" descritas às f. 411/412, bem como a pagar a importância de R\$ 2.000,00, a título de indenização por dano moral individual, por cada um dos 11 trabalhadores encontrados em condições análogas à de escravo (trabalho degradante), e R\$ 100.000,00 por dano moral coletivo, quantia esta que deverá ser revertida ao FAT.

Inconformados, os Réus interpuseram recurso ordinário às f. 414/449, por meio do qual pleiteiam a declaração da ilegitimidade ativa *ad causam* do d. *parquet* e passiva do 1º Reclamado; o reconhecimento da ilicitude da prova de f. 369; bem como a exclusão de suas condenações sob o argumento de que os trabalhadores não estavam sujeitos à condições análogas à de escravo. Pugnam, ainda, pelo princípio da eventualidade, a redução do valor arbitrado a título de indenização por danos morais.

As guias referentes ao recolhimento das custas processuais e ao depósito recursal encontram-se acostadas às f. 489 e 490, respectivamente.

Contra-razões ofertadas às f. 496/503.

Remetidos os autos à Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região, o i. Procurador **Eduardo Menezes Ortega** justificou a desnecessidade de confecção de parecer, haja vista o fato do Ministério Público do Trabalho figurar, nestes autos, na condição de parte; motivo pelo qual, requereu o prosseguimento do feito (f. 510).

É, em síntese, o relatório.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO**

TRT - RO - 00534.2007.041.23.00-0



VOTO

ADMISSIBILIDADE

Presentes os pressupostos extrínsecos e intrínsecos de admissibilidade, conheço dos recursos ordinário, bem assim das contra-razões ofertadas.

MÉRITO

ILEGITIMIDADE ATIVA *AD CAUSAM*

Centra-se a controvérsia na caracterização ou não da legitimidade ativa *ad causam* do *parquet* trabalhista para a proposição da ação civil pública para a defesa dos interesses individuais homogêneos que compõem a presente lide.

Asseveram os Réus que, no caso vertente, os direitos defendidos são privados e disponíveis, razão pela qual entendem que o Ministério Público do Trabalho não tem legitimidade para postulá-los.

Sem razão, todavia.

A princípio, torna-se necessário observar que o trabalho em condições degradantes não se enquadra no conceito de direito privado e disponível porquanto a dignidade da pessoa humana e o valor social do trabalho estão expressamente indicados como fundamentos do Estado Democrático de Direito (exegese do art. 1º, III e IV, da CR/88). São, portanto, valores sociais indisponíveis e com repercussão nacional e internacional, que devem ser defendidos pelo *parquet* trabalhista no exercício da sua função promocional.

Carlos Henrique Bezerra Leite, ao citar Luís Roberto Barroso, disserta que “os *interesses e direitos individuais homogêneos, por suas características de divisibilidade e individualização do titular, normalmente serão disponíveis*”. Porém, ao fazer referência à legitimação ministerial, ele reconhece que “*é possível conceber algumas hipótese de*



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO



TRT - RO - 00534.2007.041.23.00-0

*legitimação da instituição, assim como o cabimento da ação civil pública, em questões que envolvam, e. g., **direitos trabalhistas** ou proteção de menores, **domínios que embora privados, são freqüentemente regidos por normas de ordem pública e interesses que transcendem aos das partes envolvidas*** (apud Ação Civil Pública, Editora LTr, f. 171, referente à obra "O direito constitucional e a efetividade de suas normas: limites e possibilidades da Constituição brasileira, 4ª ed., Rio de Janeiro, Editora Renovar, 2000).

Esta é a hipótese versada nos autos, porquanto os direitos ora tratados transcendem ao direito individual das partes e qualificam-se como metaindividuais e indisponíveis, uma vez que relacionados intrinsecamente ao interesse público de zelar pelo trabalho em condições de dignidade.

Não é demais reiterar que o próprio Direito do Trabalho rege-se pelo princípio da indisponibilidade dos direitos dos trabalhadores, sendo certo que as normas trabalhistas revestem-se de natureza cogente. A regra é que os direitos tutelados neste âmbito sejam também indisponíveis.

Por sua vez, a legitimação do Ministério Público guarda certa controvérsia na doutrina quando visa a tutelar os chamados direitos metaindividuais, especialmente quanto aos interesses individuais homogêneos e coletivos.

Há autores que conferem ao *parquet* legitimação ampla¹ para a tutela de quaisquer dos interesses transindividuais (sejam difusos, coletivos ou individuais homogêneos); outros limitam-se à atuação do Ministério Público à defesa dos interesses difusos e coletivos², sob o argumento de que os individuais homogêneos não teriam sido disciplinados pelo art. 129, III, da Constituição Federal, onde algumas de suas funções institucionais se acham descritas; há quem reconheça a legitimidade também para os chamados interesses individuais homogêneos, com algumas restrições, v. g., quando forem indisponíveis³; e, finalmente, há ainda aqueles que fazem restrições à própria defesa dos interesses coletivos e propugnam pela necessidade de comunhão entre o interesse coletivo lesado ou

¹ Cf. neste sentido os escólios de Nery Jr em vários ensaios, v. g., o artigo intitulado Ação Civil Pública no Processo do Trabalho, in MILARÉ, Édís (coord.) *Ação Civil Pública. Lei 7.347/85 – 15 anos*.

² Cf. nesse sentido Édís Milaré (*Ação Civil Pública. Lei 7.347/85 – 10 anos*. Op. Cit., pp. 438 e ss.).

³ Corrente doutrinária defendida dentre outros por Kazuo Watanabe (*Código op. cit. p. 511*), Rodolfo de Camargo Mancuso (*Ação civil...*, op. cit. p. 100) e Manoel Jorge e Silva Neto (*Proteção constitucional...* op. cit., p. 40 e ss.).



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO**



TRT - RO - 00534.2007.041.23.00-0

ameaçado de lesão e a função institucional do Ministério Público, assim como ocorre nos casos de defesa de interesses individuais homogêneos.

José Marcelo Menezes Vigliar resume a legitimação do Ministério Público da seguinte forma:

“está sempre legitimado para a defesa de quais *interesses difusos*, inclusive o patrimônio público e a moralidade administrativa; b) para a caracterização de sua legitimidade na defesa, em juízo, dos *interesses coletivos e individuais homogêneos*, há que se analisar se há harmonia entre esses interesses considerados no caso concreto e a destinação institucional do Ministério Público; c) estará sempre legitimado para a defesa dos interesses individuais indisponíveis, embora não o fazendo mediante a *ação coletiva*.”⁴

Para adotar qualquer uma das correntes acima mencionadas, impõe-se uma necessária explanação sobre o chamado *processo coletivo* e bem assim uma rápida menção aos interesses metaindividuais, especialmente os individuais homogêneos.

Conforme já assentado, o Código de Defesa do Consumidor emprestou definição legal aos chamados direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos, no parágrafo único do art. 81, com traslado autorizado para o âmbito da ação civil pública, consoante dispõe o art. 117.

Especificamente quanto aos direitos individuais homogêneos, o parágrafo único, inciso III, do art. 81 do CDC, diz que a defesa coletiva será exercida quando se tratar de “interesses ou direitos individuais homogêneos, assim entendidos os decorrentes de origem comum”.

Ada Pellegrini Grinover, co-autora do anteprojeto do CDC, elucida que “Agora, com o inc. III do art. 81 do CDC, complementado pelos arts. 91/100 do mesmo diploma, o ordenamento pátrio abre-se para o tratamento coletivo de direitos subjetivos individuais, que podem ser definidos isoladamente, segundo a linha clássica, mas que também podem ser agrupados em demandas coletivas, dada sua homogeneidade. É a

⁴ *Tutela dos Interesses Difusos e Coletivos*, Atlas, p. 77.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO



TRT - RO - 00534.2007.041.23.00-0

transposição para o direito brasileiro, das '*class actions for damages*' ou dos '*mass tort cases*' do sistema do '*common law*'.⁵

Portanto, o fato da circunstância dos direitos sociais garantidos constitucionalmente aos trabalhadores derivar de origem comum, o que lhes confere uniformidade, permite ou recomenda seu enquadramento como individual homogêneo. Nesta parte, acentua **Rodolfo de Camargo Mancuso** que, no caso dos direitos individuais homogêneos, "o processo coletivo é colocado como um alvitre técnico, posto pelo legislador, ao pressuposto de que a homogeneidade apresentada por esses interesses e determinada por sua origem comum, justifica ou já recomenda o trato processual coletivo, em virtude de ponderosas razões de política judiciária, e, principalmente, presente o direito subjetivo público a uma resposta judiciária de boa qualidade, a saber: jurídica, motivada, equânime, prestada em tempo razoável, ou, numa palavra, o adimplemento estatal ao direito de todo o brasileiro a uma ordem justa e jurídica."⁶

A ação coletiva para defesa destes chamados direitos individuais homogêneos, tem o seu procedimento regulado pelo CDC nos seus artigos 91 e seguintes, aplica-se no que couber o Título III, do mesmo Código, bem como a LACP e a própria CLT.

Por corolário, ao ressentir a CLT de normas processuais para disciplinar a espécie, obrigatório que se recorra às fontes subsidiárias, conforme autoriza o art. 8º, parágrafo único, c/c art. 769, ambos da Consolidação das Leis do Trabalho.

Frise-se que há uma interdisciplinariedade expressamente determinada pelo legislador entre a LACP e o CDC de forma recíproca, que forma um único corpo normativo. Justifica-se essa interação dos sistemas da Lei da Ação Civil Pública e do Código de Defesa do Consumidor, por expressa disposição do art. 21 da Lei nº 7.347/85 (LACP) e art. 90 da Lei nº 8.078/90 (CDC).

Com efeito, o Título III do Código de Defesa do Consumidor compreende os artigos 81 a 104 da Lei nº 8.078/90, em que se insere o parágrafo único, inciso III, do art. 81, já citado, que determina *expressis verbis*: "A defesa **coletiva** será exercida quando se tratar de

⁵ Cf. Parecer sobre ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Federal. *Processo em evolução*, Forense, p. 461-2.

⁶ *Ação civil pública trabalhista – análise de alguns pontos controvertidos*, Rev. LTr, v. 60, p. 1.184.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO**



TRT - RO - 00534.2007.041.23.00-0

interesses ou **direitos individuais homogêneos**, assim entendidos os decorrentes de origem comum”.

Assim, temos que o Ministério Público encontra-se perfeitamente legitimado para a tutela de todos os interesses ou direitos, sejam difusos, coletivos ou individuais homogêneos, este, com expressa legitimação proporcionada pelo art. 82 da Lei nº 8.078/90, que assegurou ao Ministério Público propor, em nome próprio, ação coletiva de responsabilidade pelos danos individualmente sofridos pelos substituídos.

O Título III da Lei nº 8.078/90, integrada à Lei nº 7.345/85, abrange, como já se afirmou alhures, os artigos 81 a 104. Esses dispositivos – em grande parte, também, de índole processual – definem as hipóteses em que a defesa poderá ser feita a título coletivo (art. 81, parágrafo único e incisos), legitimam o Ministério Público para promover as ações coletivas de qualquer natureza (artigos 82 e 83), estabelecem algumas regras processuais (artigos 84, 87, 88, 90, 94 e 99/97), instituem, nas ações coletivas, a substituição processual (artigo 91), traçam regras de competência e de execução da sentença (artigos 93, 97 e 100) e delimitam o alcance da coisa julgada (artigos 103 e 104).

Nesta perspectiva, não há como afastar o Órgão Ministerial na tutela dos direitos e interesses individuais homogêneos, em face de previsão legal que o autorizou expressamente.

É certo que a Constituição Federal, em seu art. 129, III, legitima o Ministério Público para a propositura da ação civil pública, embora não tenha incluído, de forma expressa, os chamados direitos individuais homogêneos.

Sob esta ótica, **Ada Pellegrini Grinover** é incisiva, ao aduzir que “Em primeiro lugar cumpre notar que a Constituição de 1988, anterior ao CDC, evidentemente não poderia aludir, no art. 129, III, à categoria dos direitos individuais homogêneos, que só viria a ser criada pelo Código. Mas na dicção constitucional, a ser tomada em sentido amplo, segundo as regras de interpretação extensiva (quando o legislador diz menos de quanto quis), enquadra-se comodamente a categoria dos interesses individuais, quando coletivamente tratados. Em segundo lugar, a doutrina, internacional e nacional, já deixou claro que a tutela de direitos transindividuais não significa propriamente defesa de interesse público, nem de interesses privados, pois os interesses privados são vistos e tratados na



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO



TRT - RO - 00534.2007.041.23.00-0

sua *dimensão social e coletiva*, sendo de grande importância política a solução jurisdicional de conflitos de massa.”⁷

Acrescente-se que o art. 129, IX, autoriza a lei federal a atribuir outras funções ao Ministério Público, desde que compatível com seu perfil institucional. Já o art. 127⁸ da mesma Lei Fundamental, acima mencionada, diz competir ao Ministério Público a defesa dos **interesses sociais e individuais indisponíveis**.

Especificamente, quanto ao Ministério Público do Trabalho, o art. 83, III, da Lei Complementar nº 75/93 o legitimou para a propositura da ação coletiva ao dispor, entre outras atribuições, que lhe incumbe “**propor ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos**”.

Verifica-se que o preceito legal utilizou a expressão “**interesses coletivos**” em sentido amplo, que abrange tanto os interesses coletivos em sentido estrito quanto os difusos e os individuais homogêneos, uma vez que não se pode restringir a legitimidade que lhe foi amplamente concedida pelo art. 129, III, da Carta Magna, sem qualquer discriminação entre os diversos ramos do *Parquet*.

Para **Mancuso**, “é recomendável uma linha exegética mais generosa no tocante à legitimação para agir (*‘benigna amplianda, odiosa restringenda’*), até para se preservar a desejável harmonia com as diretrizes constitucionais do amplo acesso à justiça, da ordem jurídica justa, e da democracia participativa, tríade que, no âmbito dos interesses metaindividuais, se resolve no exercício da legitimação ativa, em modo concorrente-disjuntivo.”⁹

⁷ Código de Defesa do Consumidor comentado pelos autores do anteprojeto, pp. 675-6.

⁸ Teori Albino Zavascki, em artigo publicado na Revista Trimestral de Direito Público nº 7, pp. 148-158, sob o título *Ministério Público e Defesa dos Direitos Individuais Homogêneos*, conclui que “O art. 127 da CF, que atribui ao Ministério Público a incumbência de promover a defesa dos interesses sociais, é preceito de eficácia plena, que confere inclusive legitimação para demandar em juízo” acrescentando que “A identificação destes interesses sociais compete tanto ao legislador (como ocorreu, v. g., nas Leis 8.078/90, 7.913/89 e 6.024/74), como ao próprio Ministério Público, caso a caso, mediante o preenchimento valorativo do conceito, decorrente da interpretação de atos, fatos e normas jurídicas, e à luz dos valores e princípios consagrados no sistema jurídico, tudo sujeito ao crivo do Poder Judiciário, a quem caberá a palavra final sobre a adequada legitimação”.

⁹ *Ação civil pública trabalhista – análise de alguns pontos controvertidos*, Rev. LTr, v. 60, p. 1.189.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO



TRT - RO - 00534.2007.041.23.00-0

O art. 6º, VII, “d”, da Lei Complementar nº 75/93, que, ao disciplinar os instrumentos de atuação do Ministério Público da União, em todos os seus ramos, é taxativo ao indicar a ação civil pública para a defesa de **“outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos”**.

Em arrimo a esta tese, **Nelson Nery Jr**, quando questiona se a legitimidade para a defesa dos direitos individuais homogêneos, dada pelo art. 82 do CDC ao Ministério Público, atende ao perfil constitucional e institucional do *parquet*, é elucidativo ao afirmar que:

“O CDC 1º fala que as suas normas são de ordem pública e de interesse social. Não há palavras inúteis na lei. Os defensores da primeira corrente argumentam apenas com a expressão ‘individuais indisponíveis’, constante da CF 127 *caput*, olvidando-se, outrossim, daquela outra expressão ‘interesses sociais’, que o mesmo texto constitucional comete ao MP. Com efeito, o CDC 82 I, que confere ao MP legitimidade para defender aqueles direitos em juízo, é norma de interesse social. Como cabe ao MP a defesa do interesse social, a norma do CDC, autorizadora dessa legitimação, encontra-se em perfeita consonância com o texto constitucional. De outra parte, não é demais mencionar que o ajuizamento de ação coletiva já configura questão de interesse social, pois com ele evita-se a proliferação de demandas, prestigiando-se a atividade jurisdicional e evitando-se decisões conflitantes. Portanto, independentemente da natureza do direito envolvido na ação coletiva (se difusa, coletiva ou individual homogênea), ela mesma é circunstância caracterizadora do *interesse social*, que cabe ao MP defender. O interesse social, que a CF 127 *caput* manda o MP defender, no caso de a ação ser coletiva, está *in re ipsa*.”¹⁰

É legítima e constitucional, portanto, a legitimação que o art. 82, I, do CDC, confere ao Ministério Público para promover a ação coletiva, ainda que na defesa de interesses individuais disponíveis, tendo em

¹⁰ *Ação Civil Pública no Processo do Trabalho*, in: MILARÉ, Édis (coord.). *Ação Civil Pública. Lei 7.347/85 – 15 anos*, p. 572.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO



TRT - RO - 00534.2007.041.23.00-0

vista apenas o interesse social constitucionalmente garantido tratado em sua *dimensão coletiva*.

Segundo o escólio de **Dárcio Guimarães de Andrade**, não há que se falar em ilegitimidade do Ministério Público para propor Ação Civil Pública, sendo que, no caso específico da área trabalhista, este estará legitimado “toda vez que os direitos sociais dos trabalhadores, constitucionalmente previstos, forem lesados ou ameaçados”¹¹.

Francisco Antônio de Oliveira, no particular, reconhece que “o Ministério Público do Trabalho está legitimado para promover a abertura de inquérito civil, bem assim ajuizar ação civil pública para a defesa de interesses difusos, coletivos, individuais homogêneos, desde que ligados de alguma forma ao Direito do Trabalho, v. g., a defesa do meio ambiente envolvendo empregados e empregadores; trabalhadores deficientes; depósito de fundo de garantia por tempo de serviço, cuja ausência reflete diretamente na falta de moradia para os trabalhadores de baixa renda; preconceito racial na contratação de negros, amarelos, mulheres; diferenças isonômicas entre trabalhadores de sexos diversos etc.”¹²

Entre aqueles que se ocuparam da matéria na órbita trabalhista, podemos citar as sempre abalizadas ponderações do Professor **Manoel Antônio Teixeira Filho**¹³ no sentido de que “se examinarmos a matéria sob a perspectiva *institucional*, que nos parece ser a recomendável, não teremos dificuldade em concluir que o Ministério Público do Trabalho detém legitimidade para ajuizar ação civil pública também com o objetivo de promover a defesa de interesses ou direitos *individuais homogêneos*” e conclui:

“Entendemos, portanto, que o Ministério Público do Trabalho detém legitimidade para exercer ação civil pública devotada à defesa de interesses e direitos: a) *difusos*; b) *coletivos*; c) *individuais homogêneos*. Devemos reiterar a nossa advertência quanto à possibilidade de estes últimos, a despeito de serem

¹¹ *Ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho*, Revista LTr, v. 63, outubro/99, p. 1327.

¹² *Ação civil pública: enfoques trabalhistas*, pp. 220-1.

¹³ *Ação civil pública – curso de processo do trabalho: perguntas e respostas sobre assuntos polêmicos em opúsculos específicos*, n. 23, p. 19.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO



TRT - RO - 00534.2007.041.23.00-0

individuais, assumirem, no seu conjunto, feição coletiva, cuja violação poderá acarretar graves perturbações à *ordem jurídica estabelecida* (Constituição Federal, art. 127). De qualquer forma, o precitado dispositivo constitucional atribui ao Ministério Público, *também*, a incumbência de empreender a defesa dos interesses *individuais*" (destaques do autor).

No caso em apreço, conforme indicado na exordial, houve transgressões simultâneas, como ausência de anotação da CTPS, falta de condições de higiene primária, ausência de fornecimento de equipamentos de proteção individual.

Esses interesses individuais homogêneos adquirem conotação coletiva e, por isso, diferem dos direitos individuais não-homogêneos que não encontram supedâneo tutelar em ação coletiva. Daí, a afirmativa de **Antônio Gidi**, no sentido de que:

"não é de ser excluída, *a priori*, a possibilidade de o Ministério Público propor uma ação coletiva em defesa de direitos individuais homogêneos com o argumento falacioso de que a proteção ao direito patrimonial individual disponível não pode ser de interesse social. Isso porque, como vimos, os direitos individuais homogêneos globalmente considerados são indisponíveis pelo grupo de vítimas. Disponível é, apenas, cada um dos direitos isolada e individualmente considerados, por parte de seu titular individual, e não os direitos individuais homogêneos como um todo (coletivamente considerados)."¹⁴

A tutela dos direitos individuais homogêneos pelo Ministério Público encontra especial fundamento, por ser "deduzida no interesse público em obter-se sentença única, homogênea, com eficácia *erga omnes* da coisa julgada (CDC, art. 103, III), de modo a evitar decisões conflitantes."¹⁵

¹⁴ *Coisa julgada e litispendência em ações coletivas*, p. 50.

¹⁵ NERY JR. Nelson. *Código...*, *op. cit.* nota 11 ao art. 81 do CPC.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO**



TRT - RO - 00534.2007.041.23.00-0

Frise-se que, em caso de procedência do pedido, a condenação será genérica¹⁶. Fixa-se a responsabilidade dos Réus pelos danos causados, consoante determina o art. 95 do CDC. Os objetivos perseguidos são visualizados não propriamente pela ótica individual e pessoal de cada prejudicado, e sim, pela perspectiva global, coletiva e impessoal, já que tratados em dimensão coletiva.

Ressalte-se que esta nova modalidade de ação coletiva tem justificável e especial fundamento na Justiça do Trabalho, quando se verifica que, no curso do contrato de trabalho, o empregado dificilmente tem o seu direito violado garantido judicialmente, em face da omissão em buscar a prestação jurisdicional do Estado, com temor de represália de seu empregador.

Não se trata, é bom que se diga, de o Ministério Público exercer o *munus* que a lei conferiu ao advogado, mesmo porque aí haveria indesejada usurpação da nobre atividade essencial à administração da justiça que, em última análise restaria relegada à obsolescência, visto que, somente por excentricidade, os titulares de direitos lesionados constituiriam um advogado, já que teriam a tutelar seus interesses, gratuitamente, uma instituição do porte moral e intelectual ímpar como é o *parquet*, por seus membros.

É elementar que pensar dessa forma é refutar, pura e simplesmente, a filosofia seguida pelo legislador no trato dos interesses metaindividuais, não compreendendo que a tutela possível nestes casos é a coletiva, por envolver interesses maiores da sociedade, inclusive dos interesses individuais homogêneos, porque tratados coletivamente.

Advirta-se, no entanto, que a esta ampla legitimidade conferida ao Ministério Público impõe-lhe, em contrapartida, redobrado censo de responsabilidade, a fim de avaliar a necessidade, possibilidade e, em especial, a adequação na eleição da ação civil pública ou coletiva,

¹⁶ Condenação “genérica” (sem quantificar e especificar os direitos particularmente considerados) “fixando a responsabilidade dos réus pelos danos causados” (e não os direitos específicos e individuais de cada empregado). Caberá aos próprios empregados dos direitos lesados, depois, promover e liquidação e execução do direito eventualmente sofrido e reconhecido no título executivo judicial (art. 97). Haverá, portanto, em tema de legitimação, substancial alteração de natureza por ocasião da execução da sentença, já que para esta, será indispensável a iniciativa do próprio titular do direito. Mesmo quando proposta em forma coletiva (art. 98), a execução, nestes casos, deverá se dar em litisconsórcio ativo. Já que, aqui sim, busca satisfazer direitos individualmente considerados, direitos estes disponíveis e, mesmo, passíveis de renúncia ou perda (art. 100).



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO**



TRT - RO - 00534.2007.041.23.00-0

especialmente quando se trata de direitos individuais homogêneos, quando distorções podem ser notadas com maior frequência.

A par destas digressões, “mostra-se em conformidade com o Texto Maior interpretar extensivamente a expressão direitos “interesses coletivos”, prevista no art. 83, II, da LOMPU, como interesses coletivos *latu sensu*, ou seja, os interesses metaindividuais que, não é demasiado repetir, por força do art. 81 do CDC, abrangem os difusos, os coletivos **e os individuais homogêneos**” (**Carlos Henrique Bezerra Leite**, na obra já citada, à f. 181- grifei).

Insta salientar que o Ministério Público do Trabalho encontra-se na tutela de direitos individuais homogêneos, os quais são sempre divisíveis, haja vista a possibilidade de a reparação ser apurada individualmente dentro da coletividade atingida pela lesão.

Assim é que a ação civil pública é instrumento de acesso à justiça e forma de garantia dos direitos fundamentais do cidadão, em especial do cidadão-trabalhador, uma vez que o trabalho se qualifica como direito social, sendo o Ministério Público do Trabalho parte legítima a defender os interesses *sub judice*, porquanto homogêneos de natureza indisponível, em âmbito trabalhista.

Nego provimento ao presente apelo.

ILEGITIMIDADE PASSIVA DO 1º RECLAMADO

Pugna, o 1º Reclamado (Leonísio Lemos Melo Júnior), pela sua exclusão da polaridade passiva, porquanto sustenta a sua ilegitimidade para configurar como réu, visto que não era proprietário da fazenda “Duas Meninas”, na qual foram constatadas as irregularidades que objetivaram o ajuizamento da presente ação.

Em verdade, o 1º Recorrente, sob as vestes de ilegitimidade de parte, pretende afastar da sentença o reconhecimento de sua condição de proprietário do aludido imóvel rural e, por corolário, a sua responsabilização solidária no adimplemento das obrigações de fazer, não fazer e de dar deferidas ao Autor.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO**



TRT - RO - 00534.2007.041.23.00-0

Com efeito, verifica-se que o pedido não está afeto às condições da ação, mas à relação jurídica havida entre as partes, que é o pressuposto ontológico dos pleitos iniciais.

O fenômeno da carência de ação, como bem destaca **Ada Pellegrini Grinover** (*apud Humberto Theodoro Júnior, Curso de Direito Civil*. 18ª ed. Rio de Janeiro: Forense, p. 52), "*(...) nada tem a ver com a existência do direito subjetivo afirmado pelo autor, nem com a possível inexistência dos requisitos, ou pressupostos, da constituição da relação processual válida. É condição que diz respeito apenas ao exercício do direito de ação e que pressupõe a autonomia desse direito*".

Por conseguinte, as condições da ação são exigências e requisitos preliminares que nada tem a ver com justiça, legalidade ou injustiça e ilegalidade do pedido, tampouco, com a existência ou inexistência do direito material controvertido entre os litigantes.

Moacyr Amaral Santos (*in Primeiras Linhas de Direito Processual Civil*. 13ª ed. São Paulo: Saraiva, 1987, p. 173) leciona que "são legitimados para agir, ativa e passivamente, os titulares dos interesses em conflito: legitimação ativa terá o titular do interesse afirmado na pretensão, passiva terá o titular do interesse que se opõe ao afirmado na pretensão".

Diante desses apontamentos, a legitimidade do 1º Reclamado é patente, porquanto ele constitui uma das pessoas que se opõe à pretensão afirmada na inicial e que deverá, em tese, responder por uma possível condenação.

Portanto, nenhum reparo merece a r. sentença quanto à rejeição da ilegitimidade passiva *ad causam* do 1º Reclamado.

Nego provimento.

LICITUDE DA PROVA

Alegam, os Recorrentes, que o juízo monocrático direcionou ilicitamente o processo ao requerer de ofício à Receita Federal informações sobre o patrimônio por eles declarado, havendo quebra do sigilo fiscal; pelo que pleiteia a declaração da nulidade da sentença, visto que



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO**



TRT - RO - 00534.2007.041.23.00-0

utilizada essa prova como parâmetro para a fixação de sua condenação pecuniária (f. 417).

Razão, porém, não assiste aos Reclamados.

De acordo com o art. 765 da CLT, ao juiz é permitido determinar qualquer diligência necessária ao esclarecimento da causa.

Diversamente do que sustentam os Reclamados, as informações obtidas por iniciativa do juiz condutor do feito acerca dos bens declarados pelos Réus, para fins de imposto de renda, não configuram prova ilícita (f. 361), já que amparado pelo aludido dispositivo.

Outrossim, não houve quebra do sigilo fiscal, pois foram tomadas as devidas precauções para a proteção dessas informações, sendo que estas apenas foram certificadas nos autos de forma genérica, sem especificações, consoante se infere à f. 369.

Por fim, não há que se falar em cerceamento de defesa, visto que, aos Reclamados, foram devidamente concedidas vistas da certidão de f. 369 (f. 379), consoante se infere à f. 379, tendo os Reclamados, inclusive, se manifestado às f. 381/382.

Diante disso, ausente a nulidade alegada pelos Recorrentes, pelo que **nego provimento** ao recurso no particular.

RESPONSABILIZAÇÃO DO 1º RECLAMADO

Insurge-se, o 1º Reclamado (Leonísio Lemos Melo Júnior), contra a r. sentença que o reconheceu como proprietário da Fazenda “Duas Meninas”, apesar de apenas configurar como tal no registro do imóvel a 2ª Reclamada (Carla Ezequielia Tiunilia Tavares Diniz) e, por conseguinte, condenou-o à responsabilidade solidária no cumprimento das obrigações deferidas na r. sentença.

Compulsando os autos constata-se que realmente o 1º Reclamado era um dos proprietários da Fazenda Duas Meninas (juntamente com a 2ª Reclamada de quem é cônjuge) e também quem administrava o imóvel.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO**



TRT - RO - 00534.2007.041.23.00-0

Isso porque, os documentos de f. 46/56 - termos de declaração de trabalhadores – são provas cabais dessa condição do 1º Reclamado, dos quais se extraem os seguintes relatos:

“Que foi chamada pelo próprio dono da Fazenda Sr. Dionísio para fazer a limpeza e cozinhar para os trabalhadores da fazenda” (f. 46 - prestado pela Sra. Rosa Maria Damini).

“(…) Que recebe o pagamento direto do Sr. Leonísio em dinheiro na seda da Fazenda” (f. 47 – prestado pelo Sr. Julio César Rodrigues dos Santos).

“(…) Que foi contactado pelo trabalhador “Índio” apelido do senhor Júlio, para trabalhar na Fazenda do Senhor Leonísio.” (f. 50 – prestado pelo Sr. Edson Santana).

“(…) Que ficou sabendo através do conhecido Júlio César que na fazenda do Sr. Leonísio Lemos tinha serviço” (f. 53 – prestado pelo Sr. Edson Rozendo da Silva).

“O declarante informa que é primo do sr. Julio César que é a pessoa encarregada de contratar pessoas para trabalhar na fazenda Duas Irmãs de propriedade do sr. Leonisio Lemos (...)” (f. 55 – prestado pelo Sr. José Francisco Rodrigues Lima).

Desta forma, **nego provimento** ao recurso para manter a responsabilização solidária do 1º Reclamado, haja vista a sua condição de proprietário da Fazenda em que foram constatadas as irregularidades.

TRABALHO DEGRADANTE

INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL INDIVIDUAL E COLETIVO

Insurgem-se, os Reclamados, contra a r. sentença que reconheceu que os substituídos (11 trabalhadores) laboravam em condições degradantes, modalidade de condição análoga a de escravo, razão pela qual condenou-os ao pagamento de indenização por dano moral individual e



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO



TRT - RO - 00534.2007.041.23.00-0

coletivo, respectivamente no importe de R\$ 2.000,00 (para cada um dos 11 trabalhadores) e R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Sustentam que *“não se pode confundir trabalho em condições rudes como é o trabalho rural como trabalho em condições degradantes (...)”* (f. 43)

Inicialmente cumpre tecer algumas considerações acerca da caracterização do trabalho como análogo a de escravo.

O art. 149 do Código Penal (redação dada pela Lei n. 10.803/2003) indica as hipóteses em que se configura a condição análoga à de escravo nos seguintes termos:

“Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto” (...)

Depreende-se do aludido dispositivo que o “trabalho degradante” é uma das espécies do gênero “condição análoga a de escravo”.

O trabalho escravo ou degradante, enquanto formas de violação da própria dignidade humana, depende da demonstração de determinados fatores indispensáveis à respectiva caracterização. Nas palavras de **Wilson Roberto Prudente**, o *“conceito de trabalho em condições degradantes encontra-se em antítese ao conceito de trabalho em condições dignas. Submeter alguém a condições degradantes de trabalho significa o próprio tratamento degradante imposto por um particular, no caso o empregador. Trabalho em condições degradantes, portanto, é aquele em que a degradação das condições de saúde e higiene violam à primeira vista, o axioma da dignidade da pessoa humana”*.

Por trabalho degradante entende-se aquele realizado em condições que malferem as garantias mínimas que preservam a dignidade do trabalhador.

Consoante já registrado, o juízo monocrático condenou os Reclamados à indenização por danos morais individuais e coletivos,



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO**



TRT - RO - 00534.2007.041.23.00-0

porquanto entendeu que as condições em que os trabalhadores substituídos estavam submetidos eram degradantes.

Em análise do conjunto probatório dos autos, conclui-se igualmente que os 11 (onze) trabalhadores da atividade do roço estavam reduzidos à condição análoga à de escravo - modalidade trabalho degradante.

Os Autos de Infração às f. 61/94, aos quais é atribuída fé pública (art. 364 do CPC), demonstram que os substituídos estavam submetidos às seguintes condições: alojamento em barraco construído de estacas de madeira, com cobertura de lona plástica, piso de chão de terra, aberto nas laterais; repouso em colchões postos no chão sobre uma lona plástica; banho em represa de água parada e barrenta, com fezes de animais selvagens no local; água para o consumo sem qualquer tratamento, acondicionadas em tambores de plástico que continham as inscrições “impróprio para uso de produtos alimentícios” e “não reutilize esta embalagem”, sem qualquer tipo de filtro para assegurar a sua potabilidade; consumo da água em copo coletivo; local sem instalações sanitárias, sendo feitas as necessidades fisiológicas na mata; refeições feitas ao relento, sem abrigo; labor sem o uso de qualquer equipamento de proteção individual; e ausência no local de materiais de primeiros socorros.

Evidente, portanto, a degradação das condições de saúde e higiene dos 11 (onze) trabalhadores que atuavam na atividade de roço, tendo sido ultrajados nos seus mais prementes limites de dignidade humana.

A dignidade da pessoa humana, nas palavras de **Ingo Wolfgang Sarlet**, citado em artigo da lavra do i. Procurador do Trabalho José Cláudio Monteiro de Brito Filho, é “a *qualidade intrínseca e distintiva de cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que assegurem a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação ativa e co-responsável nos destinos da própria existência e da via em comunhão com os demais seres humanos*”. (Artigo intitulado “Trabalho com redução do homem à condição análoga à de escravo e a dignidade da pessoa humana”, www.mpt.gov.br, consulta realizada em 17.11.05).



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO



TRT - RO - 00534.2007.041.23.00-0

Importa afastar a tese dos Reclamados de que “a natureza do trabalho rural temporário ou não, na forma de empreitadas, e realizados nas fazendas de pecuária são atípicos e por sua natureza, são rústicos e somente se ativando nesta atividade os trabalhadores que são acostumados a tal dureza na forma de trabalhar, sem que isso se confunda como trabalho degradante ou escravo” (f. 431), porquanto a dignidade da pessoa humana é um valor indisponível.

Injustificável, igualmente, a alegação de que tais trabalhadores foram submetidos a trabalho degradante “devido a necessidade de adoção de mecanismos de defesa preventiva da propriedade contra as queimadas” (f. 432).

Essa lesão à dignidade dos substituídos enseja, indubitavelmente, indenização por dano moral, lembrando-se que estão presentes na hipótese todos os requisitos autorizadores da responsabilidade civil: ato ilícito, culpa do empregador, traduzido no desrespeito às normas afetas às condições de trabalho; dano aos trabalhadores e nexo de causalidade.

Presente, também, o dano moral coletivo, porquanto as irregularidades constatadas, configuradoras do trabalho degradante, transbordam efeitos para além da relação contratual em si considerada, atingindo toda a coletividade.

Parafraseando **João Carlos Teixeira**, pode-se afirmar que a situação descrita na Fazenda Duas Meninas gera “a injusta lesão a interesses metaindividuais socialmente relevantes para a coletividade (maior ou menor), e assim tutelados juridicamente, cuja ofensa atinge a esfera moral de determinado grupo, classe ou comunidade de pessoas ou até mesmo de toda a sociedade, **causando-lhes sentimento de repúdio, desgosto, insatisfação, vergonha.**” (*in* Temas polêmicos de direito e processo do trabalho, , Ed. LTr, São Paulo, p. 129) (grifei).

Pondera **Carlos Bittar Filho** que “ (...) a teoria do dano moral, em ambas as dimensões (individual e coletiva), tem prestado e prestará sempre inestimáveis serviços ao que há de mais sagrado no mundo: o próprio homem, fonte de todos os valores.” (citado por José Affonso Dallegrave Neto, *op. cit.*, p. 163).



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO



TRT - RO - 00534.2007.041.23.00-0

Com respaldo nessas ponderações, cabível a pretensão do Autor de postular a reparação do dano moral sofrido pelos trabalhadores, tanto em caráter individual quanto coletivo.

Cabe registrar que qualquer manifestação extrajudicial do Ministério Público do Trabalho quando da tentativa de firmar Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta com os Reclamados não vincula os pedidos por ele pleiteados judicialmente, mormente quanto ao montante requerido na exordial a título de indenização por danos morais.

Com relação ao valor a ser fixado a título de condenação por dano moral, infere-se da lição de **Orlando Teixeira da Costa** (*in* "Da ação Trabalhista sobre Dano Moral", T&D, setembro/96, pág. 68) e de **João de Lima Teixeira Filho** (*in* "Instituições de Direito do Trabalho", v.1, LTr, 18ª ed., São Paulo, 1999) que o operador do direito, nesse mister, deve levar em conta a extensão do ato ilícito, bem como a culpa do lesionante e a gravidade do dano, sem falar de outro parâmetro relacionado ao potencial econômico-social do ofensor, o qual não deve ser esquecido, de modo a não abrandar o caráter educativo que também se atrela à natureza jurídica da indenização, ressaltando-se, com isso, a finalidade de inibir a prática de outras situações semelhantes.

Exsurge do documento de f. 73, colacionado aos autos pelo próprio Ministério Público do Trabalho, que a fazenda possui aproximadamente 749 hectares, bem como que a compra do aludido imóvel rural pela 2ª Reclamada se deu pelo valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

Da análise do caso concreto, entendo razoável o valor arbitrado a título de indenização por dano moral individual, qual seja, R\$ 2.000,00 (dois mil reais) para cada um dos 11 (onze) trabalhadores. Todavia, com relação à indenização por dano moral coletivo, reduzo o montante para R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Registre-se que o documento de f. 369 não constitui prova capaz de demonstrar a extensão do patrimônio dos Reclamados, não sendo possível, assim, utilizá-lo como parâmetro para o arbitramento da indenização deferida.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO**



TRT - RO - 00534.2007.041.23.00-0

Dou, pois, **parcial provimento** ao apelo apenas para reduzir para R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) o valor arbitrado a título de indenização por dano moral coletivo.

VALOR ARBITRADO À CONDENAÇÃO

Para fins do disposto na Súmula 128 do c. TST, reduzo o valor da condenação para R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais), ora arbitrado para essa finalidade, bem como o valor das custas processuais para R\$ 1.440,00 (um mil, quatrocentos e quarenta reais), calculado na base de 2% sobre aquele montante

CONCLUSÃO

Ante o exposto, conheço do recurso ordinário, assim como das contra-razões; e, no mérito, dou-lhe parcial provimento a fim de reduzir para R\$ 50.000,00 o valor da indenização por dano moral coletivo, nos termos da fundamentação supra.

Para fins do disposto na Súmula 128 do c. TST, reduzo o valor da condenação para R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais), ora arbitrado para essa finalidade, bem como o valor das custas processuais para R\$ 1.440,00 (um mil, quatrocentos e quarenta reais), calculado na base de 2% sobre aquele montante

DECIDIU a 1ª Turma de Julgamento do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Vigésima Terceira Região, por unanimidade, conhecer do recurso ordinário, assim como das contra-razões; e, no mérito, dar-lhe parcial provimento a fim de reduzir para R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) o valor da indenização por dano moral coletivo, nos termos do voto do Desembargador Relator. Para fins do disposto na Súmula 128 do c. TST, reduz-se o valor da condenação para R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais), ora arbitrado para essa finalidade, bem como o valor das custas processuais para R\$ 1.440,00 (um mil, quatrocentos e quarenta reais), calculado na base de 2% sobre aquele montante.

Cuiabá-MT, terça-feira, 18 de novembro de 2008

TARCÍSIO RÉGIS VALENTE



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO

TRT - RO - 00534.2007.041.23.00-0



Desembargador Federal do Trabalho
Relator